



Julio Itacaramby



**GEF ÁREAS
PRIVADAS**

CONSERVANDO
BIODIVERSIDADE E
PAISAGENS RURAIS

Resumo Executivo

Projeto GEF Áreas Privadas



Thiago de Jesus/AMLD

Contexto do Projeto

O Projeto GEF Áreas Privadas – Concretização do potencial de conservação da biodiversidade em áreas privadas no Brasil é financiado pelo Global Environment Facility (GEF), por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja gestão financeira é executada pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), sob coordenação técnica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O principal objetivo é expandir a gestão sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e para a provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil.

Objetivo

No longo prazo, o objetivo do projeto é aumentar a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos; aumentar a conectividade e a cobertura da vegetação nativa; reduzir a degradação ambiental em áreas privadas; melhorar a conservação das espécies ameaçadas; e mitigar as mudanças climáticas.

Já no curto e médio prazo, o objetivo é ampliar o Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), o Manejo Sustentável das Florestas (MSF) e a recuperação de vegetação nativa em áreas privadas.

Orçamento

Contrato Inicial		Extensão	
Data Início Implementação	10/05/2018	Data Início Implementação	24/10/2023
Data Fim Implementação	09/05/2023	Data Fim Implementação	30/06/2026
Duração	60 meses	Duração	+ 30 meses
Valor total Doação	US\$ 8.953.425	Valor total Doação	Doação US\$ 4.511.686 (saldo)

- Criação de corredores ecológicos e áreas de conservação;
- Aumento da conectividade entre fragmentos de habitat;
- Fortalecimento das capacidades institucionais para a gestão de áreas privadas;
- Implementação de políticas públicas de conservação;
- Integração da conservação da biodiversidade em setores produtivos;
- Promoção da sustentabilidade ambiental em nível local e nacional.

Componentes do Projeto

O projeto possui três componentes interrelacionados:

Componente 1. Implementação de pilotos

Descrição: Implementação das áreas-piloto nas regiões biogeográficas da Mata Atlântica (Área de Proteção Ambiental — APA da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado) e do Cerrado (APA de Pouso Alto).

Resultados esperados:

1.1. Cobertura vegetal aumentada, grau de fragmentação das paisagens produtivas reduzido e disponibilidade de habitat para o Mico-Leão-Dourado, na APA São João aumentada (KBA – Key Biodiversity Area – no Estado do Rio de Janeiro), área piloto da Mata Atlântica.

1.2. Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas e ações de conservação para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção aumentadas na área piloto de Cerrado, a APA de Pouso Alto (KBA – Key Biodiversity Area – no Estado de Goiás).

1.3. Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), Manejo Sustentável das Florestas (MSF) e recuperação de vegetação nativa melhoradas em áreas privadas nas duas áreas piloto e promovido pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos.

Componente 2. Acordo com empresas do setor florestal

Descrição: Celebração de acordo com empresas do setor florestal para desenvolver e implementar arranjos institucionais e financeiros, com o objetivo de recuperar a vegetação nativa para formar corredores ecológicos entre áreas protegidas em regiões sob influência do setor.

→ Resultados esperados:

2.1. Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP e MSF melhorados em áreas de maior valor de conservação gerenciadas pelas empresas do setor florestal, por meio de um acordo para a implementação de diretrizes aprimoradas de conservação e restauração.

Componente 3. Melhoria das capacidades públicas para planejar e para implementar políticas de conservação em áreas privadas

Descrição: Desenvolve o contexto da conservação em escala nacional. As atividades a serem desenvolvidas levarão ao esclarecimento da regulamentação federal sobre o manejo sustentável da vegetação nativa em Reservas Legais (RLs) mediante o desenvolvimento de uma proposta melhorada de regulamentação, com foco em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); e o desenvolvimento e a incorporação de informações sobre o valor de conservação de áreas privadas em ferramentas governamentais para auxiliar a tomada de decisões e políticas públicas. Além disso, deverá viabilizar ações de otimização da Governança Territorial, como a regulamentação das categorias de Área de Proteção Ambiental (APA) e de Reserva Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e colaborar com o desenvolvimento de Medidas Efetivas Complementares de Conservação (MECCs).

→ Resultados esperados:

3.1. Conservação da Biodiversidade e Serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), Manejo Sustentável das Florestas (MSF) e restauração em áreas privadas.

3.2. Valor de conservação de áreas privadas integrados em políticas públicas e ferramentas de gestão.

O projeto foi interrompido em 2022 após impacto sofrido pela pandemia e estratégia governamental vigente. Já em 2023 foi realizada a Avaliação de Meio Termo e após recomendações de reestruturação das ações previstas, foi refeita a estrutura de governança. A extensão do projeto foi assinada em novembro do mesmo ano.

Neste momento de retomada e reestruturação, a estratégia adotada inclui:

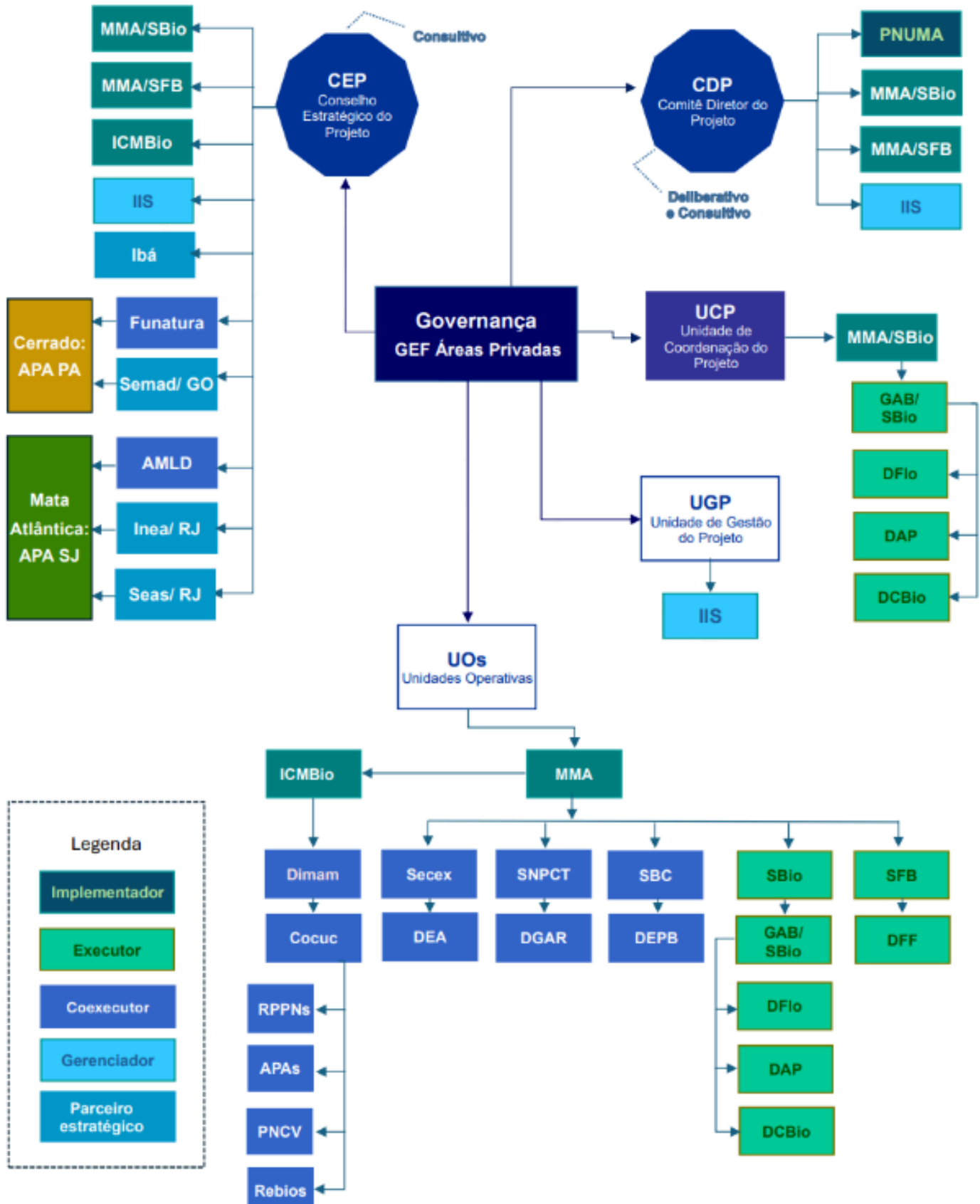
- Reestabelecimento da presença nos territórios anteriormente envolvidos;
- Consulta aos atores locais para coletar suas impressões sobre a primeira fase do projeto e compreender o contexto atual;
- Recomposição das instâncias de governança; e
- Desenvolvimento de um plano detalhado para reiniciar o projeto de forma eficaz e sustentável.

A Nova Estrutura e Governança do Projeto

O Comitê Diretor do Projeto (CDP) é a instância deliberativa responsável por assegurar os objetivos do projeto. Composto por representantes da SBIO, SFB, IIS e Pnuma, o CDP aprova o Plano Operativo Anual (POA), o Manual Operativo do Projeto (MOP), fornece orientação estratégica, supervisiona os planos de trabalho e apoia a coordenação interinstitucional.

Há ainda outras instâncias como a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), composta pela SBIO; a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), composta pelo IIS; as Unidades Operativas (UOs), que abrange os diferentes departamentos do MMA e do ICMBio envolvidos na execução do Projeto; e o Conselho Estratégico do Projeto (CEP) que reúne os principais executores, coexecutores e parceiros, com um papel muito importante de articulação e troca de informações que apoiem a execução e a sustentabilidade pós - projeto, a partir da internalização dos resultados e aprendizados do Projeto.

Governança do GEF Áreas Privadas



Equipe de consultores do projeto:

Coordenação técnica:

mayne.assunção@gefareasprivadas.com.br

Coordenação de monitoramento:

marcia.coura@gefareasprivadas.com.br

Coordenação de comunicação:

karoline.diniz@gefareasprivadas.com.br

Assistente de projeto:

icaro.sousa@gefareasprivadas.com.br

Projeto GEF Áreas Privadas
gefareasprivadas@gmail.com